

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Eixo Temático: Corpos que Gestam, Maternidade, Assistência à Saúde Materna e Violência. Narrativas Literárias, Ética e Bioética nos Cuidados em Saúde; Movimentos Sociais e Relatos de Experiência

Jessyka Lopes Rickli¹
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz²

RESUMO

Esse trabalho é o recorte de uma pesquisa em desenvolvimento com foco na monoparentalidade feminina. O presente resumo tem por objetivo apresentar o perfil das famílias monoparentais femininas. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico, utilizando-se de dissertações e teses com recorte temporal entre os anos 2000 a 2020. Dessa forma, a fim de que seja possível apresentar algumas das particularidades e desafios vivenciados por essas mães em famílias monoparentais, é imprescindível pensar os diversos atravessamentos sociais experimentados por essas mulheres segundo várias intersecções, como raça, classe e gênero, podendo assim, contemplar um estudo que aproximar-se da realidade das mulheres mães em famílias monoparentais.

Palavras-chave: Famílias Monoparentais; Interseccionalidade, Levantamento Bibliográfico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar um recorte da pesquisa, que está em desenvolvimento no Programa *stricto sensu* de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário - UNICENTRO. A pesquisa original pretende caracterizar o fenômeno da monoparentalidade feminina, diante da intersecção de gênero, classe e raça, tendo como recorte espacial o estado do Paraná.

O objetivo deste resumo, é apresentar o perfil das famílias monoparentais femininas, identificado no levantamento bibliográfico realizado para o desenvolvimento dessa pesquisa.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC)- Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO ricklijessyka@gmail.com;

² Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC)- Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO lucianarfk@gmail.com

Pensar as mulheres em famílias monoparentais requer abrir com as visões que nos foram apresentadas desde muito cedo, precisamos visualizar essas mulheres em sua singularidade, em seu contexto sociais e suas relações no mundo, a interseccionalidade se apresenta nesse trabalho como uma forma de refletir criticamente sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres mães em famílias monoparentais.

Sabe-se que as famílias monoparentais femininas sempre estiveram presentes na sociedade, sempre existiram mulheres que exerciam os cuidados com seus filhos sozinhas. Atualmente esses números continuam em ascensão, sendo esse um dos fatores de relevância social desse trabalho, visto que se trata de um tema contemporâneo, sendo parte da realidade de diversas famílias brasileiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A interseccionalidade será utilizada nesse trabalho enquanto uma ferramenta analítica para discussão das famílias monoparentais femininas, sendo essa ferramenta uma forma de investigação crítica para estudar diversos fenômenos sociais.

O conceito de interseccionalidade nos exige primeiramente romper com uma ideia cronológica e organizada, o conceito de interseccionalidade foi sendo desenvolvido com diferentes bases, antes mesmo de sua denominação, já havia autores e teóricos que realizavam uma análise interseccional sobre as relações de poder presentes na sociedade.

De acordo com Collins e Bilge (2021), as principais ideias para construção do conceito da interseccionalidade, iniciam-se no final de década de 1960 e vão até 1980, momento de expansão do ativismo social nos Estados Unidos, discutia-se nesse momento, questões como, a desigualdade social, o poder, a relacionalidade, o conceito social, a complexidade e a justiça social, esses temas ganham força, diante da luta contra o racismo, colonialismo, sexismo e a expansão capitalista.

A interseccionalidade surge como uma maneira de analisar e compreender algumas estruturas complexas da sociedade, dentre elas, a monoparentalidade, que abrange diferentes mulheres em diferentes contextos sociais. A fim de refletir sobre como essas relações de poder são sentidas e vivenciadas pelas mulheres, a interseccionalidade como ferramenta analítica torna-se indispensável.

Trabalhar com a temática da monoparentalidade sem trazer os atravessamentos sociais pertinentes abrem uma lacuna que necessita ser discutida. De acordo com Butler, “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER; AGUIAR, 2003 p.21).



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

Sendo assim, o gênero irá transcender esse indivíduo e teremos as diversas intersecções, pois o gênero não é constituído de maneira única, depende de diferentes modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade, sendo construída pelo discurso. Portanto, percebemos a impossibilidade de pensar a monoparentalidade feminina, sem seu atravessamento pelas intersecções políticas e culturais.

Marcia dos Santos Macedo realiza uma pesquisa importante sobre as famílias monoparentais femininas. De acordo com a autora (2008), os trabalhos científicos que vêm sendo desenvolvidos apresentam as mulheres chefes de famílias de maneira homogênea, enfatizando a vulnerabilidade social e a pobreza vivenciada por essas mulheres. É importante destacar que a discussão sobre mulheres chefes de família deve ter uma contextualização com as perspectivas de gênero, classe, raça, etnia, só assim é possível uma reflexão sobre as mudanças nas relações familiares e a desconstrução de um ideal de família.

Ao analisar as dissertações produzidas, e confirmando as afirmações de Macedo (2008), ainda há pesquisas que acabam por olhar a monoparentalidade de maneira homogeneizada, reforçando pensamentos normativos.

METODOLOGIA

Escolheu-se para a abordagem da pesquisa o pressuposto qualitativo, utilizando-se como metodologia para coleta de dados, pesquisa bibliográfica de caráter exploratório.

Durante a realização do levantamento bibliográfico, utilizou-se como filtro os trabalhos que traziam como principal temática as definições e contextualizações das famílias monoparentais e suas relações com gênero, raça e classe.

Dessa forma, foram analisadas 23 dissertações e 04 teses, com recorte temporal dos anos 2000 a 2020. Para análise desse material foram criadas categorias, como: título, ano, área de conhecimento, objetivos, metodologia, intersecções com gênero, classe e raça, dados estatísticos e resultados.

As pesquisas levantadas em um contexto geral, objetivavam compreender o universo da monoparentalidade feminina, abordando diferentes temas, como renda, raça, protagonismo feminino, divórcio, trabalho, consumo, mudanças familiares, educação, bebidas alcoólicas, políticas públicas e gênero.

Com as pesquisas catalogadas realizou-se um panorama dos temas abordados no universo acadêmico sobre as famílias monoparentais femininas, caracterizando dessa forma as mulheres mães em famílias monoparentais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Vitale, autora que apresenta uma discussão sobre a monoparentalidade, as primeiras definições sobre as famílias monoparentais femininas surgem com as problematizações das sociólogas e feministas francesas, que tinham por objetivo buscar o reconhecimento de unidades domésticas em que havia apenas um responsável familiar, tendo como origem as rupturas de uniões, adoções, ou mesmo, a ausência ou abandono de um dos genitores (VITALE, 2002).

Em 1975, Andrée Michel, socióloga e feminista, introduziu na França a expressão “família monoparental”, que serviu para designar, sem estigmatizar, um novo modelo familiar, acompanhada do termo “mãe solteira”. A família monoparental feminina pode ser entendida como aquela em que o poder é exercido pela mulher-mãe, sendo a única figura de autoridade (WEISSAMAN, 2015).

Apesar do fenômeno monoparentalidade, ter sido mais discutido nos últimos anos, esse não é um fato novo, sempre existiu mulheres que cuidavam dos seus filhos sozinhas. De acordo com as evidências históricas, anterior ao período das contagens demográficas, era alta a prevalência das famílias monoparentais, principalmente nas camadas mais pobres (MINAMIGUCHI, 2017 apud THERBORN, 2006).

O fenômeno da monoparentalidade feminina é visualizado pelas pesquisas acadêmicas científica como uma nova configuração familiar, que passa por um movimento crescente, sendo considerado o segundo maior arranjo familiar.

Nos anos 2000, de todas as famílias brasileiras, 22,22% delas tinham mulheres como responsável familiar, dessas, 68,73% eram famílias monoparentais, ou seja, predominantemente as mulheres chefes de famílias eram mulheres que cuidam de seus filhos sozinhas. Em 2010, esse número atinge 37,4% mulheres chefes de famílias, onde, 43,45% são monoparentais.

De todas as famílias brasileiras, segundo o censo demográfico 17,26% (2000) eram famílias monoparentais, subindo para 18,53% (2010). Das porcentagens totais de famílias monoparentais, 15,27% (2000) eram famílias monoparentais femininas, chegando a 16,19% em 2010. Ou seja, de todas as famílias monoparentais 87,41% (2010) tem como responsável a mulher-mãe.

Essa expressiva diferenciação demonstra as desigualdades de gênero presentes nas constituições familiares, em que se espera das mulheres a responsabilidade pelos cuidados das crianças, afastando os homens dessa obrigação.

Conforme dados do PNAD (2015), o percentual de mulher em famílias monoparentais continua próximo dos 16%, no ano de 2015 estava em 16,3%, além disso, os dados sobre a questão de raça apresentam destaque, sendo que 58,8% das famílias monoparentais femininas são compostas por mulheres negras.

Ainda com os dados retirados do PNAD/IBGE (2015) podendo afirmar que a grande maioria das famílias monoparentais femininas, encontram-se nos perímetros urbanos com percentual de 17,4%, enquanto o percentual de mulheres monoparentais que residem no âmbito rural está em 10,1%. A respeito da distribuição das famílias em território nacional, a maior concentração encontra-se na região Nordeste (19,5%)

Um dado concomitante com o aumento das famílias monoparentais é o aumento no número de divórcios. De acordo com a pesquisa de Souza (2016), em 2011, o IBGE anunciou que 30% dos casamentos brasileiros acabam em divórcio. Em 2014, 341.181 divórcios foram concedidos se consideradas apenas as extinções do casamento civil (BRASIL, 2014).

Ainda sobre as famílias monoparentais no Brasil, utilizando-se da pesquisa produzida por Minamiguchi (2017), o autor apresenta diferentes dados sobre essa configuração familiar, destacando também a relação das mulheres em famílias monoparentais com a educação.

Utilizando-se dos censos demográficos dos anos de 1990, 2000 e 2010, podemos notar a relação entre a monoparentalidade a partir do nascimento do primeiro filho e os anos de escolaridade. Das famílias monoparentais que residem sozinhas, com filhos de até um ano, sem apoio de familiares, apenas 2,2% tem mais que 12 anos de escolaridade, enquanto que em família bi parental, esse número sobe para 67,1% segundo o censo de 2010 (MINAMIGUICHI, 2017).

Os dados demonstram que uma família monoparental feminina sem apoio de outros familiares, ou mesmo, sem políticas públicas pensadas para esse público, ficam excluídas do ambiente educacional, o que pode ter como resultado a vulnerabilidade de renda de um grande número dessas famílias.

O autor, ainda, apresenta que a entrada na monoparentalidade de mulheres por nascimento do primeiro filho fora de uma união, relaciona-se com o grau de escolaridade, no ano 2010, às mulheres com nível superior completo teriam sua entrada na família monoparental com 24 anos, enquanto que as mulheres de nível fundamental entraram com 20 anos.

Além da relação com a escolaridade, o autor ainda apresenta a predominância das idades das mulheres em famílias monoparentais, em uma proporção de mulheres entre 15 e 49 anos, na condição de responsável familiar, o maior índice encontra-se na faixa etária de 35 anos (MINAMIGUICHI, 2017).

Contudo, nas famílias monoparentais nunca unidas/primeiro filho fora de uma união, a idade predominante dessas mulheres fixa-se em uma faixa etária mais baixa de 20 anos, ou seja, relacionando também com a entrada na monoparentalidade de mulheres que tem o primeiro filho fora de uma união (MINAMIGUICHI, 2017).

Utilizando-se dos dados apresentados, podemos destacar alguns pontos, como o contínuo aumento desse fenômeno principalmente na vida das mulheres negras, com predominância na região Nordeste. Também podemos notar que a entrada na monoparentalidade se dá próximo aos 20 anos, contudo, sua maior proporção está na faixa etária de 35 anos. No tocante à escolarização, percebemos a relação existente quanto menos anos de estudo, menor é a faixa etária da entrada na monoparentalidade.

Nos dados coletados há uma escassez sobre as questões de renda, ficando, subentendido que as mulheres pobres são majoritariamente a maior proporção das mulheres monoparentais femininas, sobressaindo as mulheres negras e nordestinas, como também o auto índice de mulheres chefes de famílias que recebem abaixo de meio salário mínimo.

Além disso, vale a pena ressaltar que não foi possível achar dados sobre os índices de famílias monoparentais nas classes média e alta, mesmo sabendo de sua existência. Os dados do IBGE apresentam apenas os índices de renda das mulheres chefes de família e não das famílias monoparentais femininas.

Portanto, nota-se com esse levantamento que as famílias monoparentais brasileiras, estão presentes na encruzilhada dos sistemas de poder, sofrendo com as desigualdades de gênero, classe e raça.

Apesar da temática da monoparentalidade estar sendo pesquisada há mais de 20 anos, ainda continua sendo uma discussão que necessita de novas pesquisas, com enfoque para a heterogeneidade do fenômeno, a escassez de dados demográficos, e a importância de olhar para essas mães, que são antes de tudo mulheres em sua singularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa possibilita direcionar nossa atenção a uma população que predominantemente tem sido invisibilizada, com apoio de várias autoras e autores, temos

caminhado no sentido de destacar a diversidade e as diferentes mulheres que desempenham esse papel, rompendo com uma perspectiva eurocêntrica e universal das mulheres. A pesquisa tem como uma de suas bases centrais, a interseccionalidade que atravessa as diferentes mulheres mães.

Durante os levantamentos bibliográficos para realização deste projeto, percebeu-se a escassez de dados sobre as famílias monoparentais, com isso, essa pesquisa apresenta sua relevância ao analisar os marcadores sociais que atravessam o fenômeno da monoparentalidade.

Para que essa pesquisa possa ter um cunho além de acadêmico, também social, comprometido com políticas sociais, antirracistas, feministas, igualitárias, anticapitalistas, é preciso caracterizar quem são essas mulheres/mães em famílias monoparentais, possibilitando assim, um instrumento para criação de políticas públicas.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, seguimos pelo pensamento de Santos (2003), é necessária uma nova forma de conhecimento, que nos possibilite pensar a ciência para a transformação social.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COLLINS P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de Gênero. _____ Estatística de Gênero: Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2014.
- _____ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de Gênero e Raça. Chefia de Família. 2011
- MACEDO, M. DOS S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 385–399, ago. 2008.
- MINAMIGUCHI, M. M. **Monoparentalidade Feminina no Brasil: Dinâmica das Trajetórias Familiares**. 2017, Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- SANTOS, B. DE S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez Editora, 2008.



VITALE, M. A. F. **Famílias monoparentais: indagações.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 71, ano XIII. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

WEISSMANN, L. **Famílias Monoparentais.** 1ª edição ed. São Paulo: Casa Do Psicólogo, 1905.